



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO XXVII PALMAS, QUARTA-FEIRA, 15 DE MARÇO DE 2017

Nº 2427



MESA DIRETORA

Presidente: Dep. Mauro Carlesse (PHS)

1º Vice-Presidente: Dep. Luana Ribeiro (PDT)

2º Vice-Presidente: Dep. Toinho Andrade (PSD)

1º Secretário: Dep. Jorge Frederico (PSC)

2º Secretário: Dep. Nilton Franco (PMDB)

3º Secretário: Dep. Cleiton Cardoso (PSL)

4º Secretário: Dep. Zé Roberto (PT)

Palácio Deputado João D'Abreu - Praça dos Girassóis, s/n - Palmas - TO

Comissões Permanentes

Local das Reuniões: Plenarinho

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Reuniões às terças-feiras, às 14 horas.

MEMBROS EFETIVOS:

Dep. Toinho Andrade
Dep. Valdez C. Branco
Dep. Rocha Miranda
Dep. Ricardo Ayres - Vice-Presidente
Dep. Olyntho Neto - Presidente

MEMBROS SUPLENTE:

Dep. Luana Ribeiro
Dep. Amália Santana
Dep. Valdemar Junior
Dep. Eli Borges
Dep. Cleiton Cardoso

COMISSÃO DE FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

Reuniões às quartas-feiras, às 8 horas.

MEMBROS EFETIVOS:

Dep. José Bonifácio - Presidente
Dep. Paulo Mourão
Dep. Eduardo do Dertins - Vice-Presidente
Dep. Elenil da Penha
Dep. Junior Evangelista

MEMBROS SUPLENTE:

Dep. Toinho Andrade
Dep. Valdez C. Branco
Dep. Ricardo Ayres
Dep. Rocha Miranda
Dep. Olyntho Neto

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO RURAL, COOPERATIVISMO, CIÊNCIA TECNOLOGIA E ECONOMIA

MEMBROS EFETIVOS:

Dep. Toinho Andrade
Dep. Zé Roberto
Dep. Eduardo do Dertins
Dep. Rocha Miranda
Dep. Júnior Evangelista

MEMBROS SUPLENTE:

Dep. José Bonifácio
Dep. Valdez C. Branco
Dep. Eli Borges
Dep. Valdemar Junior
Dep. Cleiton Cardoso

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO, TRABALHO, DEFESA DO CONSUMIDOR, TRANSPORTES, DESENVOLVIMENTO URBANO E SERVIÇO PÚBLICO

Reuniões às quartas-feiras, às 14 horas.

MEMBROS EFETIVOS:

Dep. Luana Ribeiro
Dep. Zé Roberto -, Vice-Presidente
Dep. Eli Borges - Presidente
Dep. Valdemar Júnior
Dep. Cleiton Cardoso

MEMBROS SUPLENTE:

Dep. José Bonifácio
Dep. Amália Santana
Dep. Eduardo do Dertins
Dep. Elenil da Penha
Dep. Olyntho Neto

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

MEMBROS EFETIVOS:

Dep. Eduardo S. Campos
Dep. Amália Santana
Dep. Eli Borges
Dep. Valdemar Júnior
Dep. Osires Damaso

MEMBROS SUPLENTE:

Dep. Toinho Andrade
Dep. Paulo Mourão
Dep. Ricardo Ayres
Dep. Elenil da Penha
Dep. Cleiton Cardoso

COMISSÃO DE CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS

MEMBROS EFETIVOS:

Dep. José Bonifácio
Dep. Valdez C. Branco
Dep. Eli Borges
Dep. Osires Damaso
Dep. Wanderlei Barbosa

MEMBROS SUPLENTE:

Dep. Eduardo S. Campos
Dep. Zé Roberto
Dep. Ricardo Ayres
Dep. Cleiton Cardoso
Dep. Vilmar de Oliveira

COMISSÃO DE SAÚDE, MEIO AMBIENTE E TURISMO

Reuniões às quintas-feiras, às 8 horas.

MEMBROS EFETIVOS:

Dep. Luana Ribeiro - Vice-Presidente
Dep. Valdez C. Branco - Presidente
Dep. Ricardo Ayres
Dep. Elenil da Penha
Dep. Cleiton Cardoso

MEMBROS SUPLENTE:

Dep. Toinho Andrade
Dep. Amália Santana
Dep. Eduardo do Dertins
Dep. Rocha Miranda
Dep. Olyntho Neto

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

MEMBROS EFETIVOS:

Dep. Luana Ribeiro
Dep. Paulo Mourão
Dep. Ricardo Ayres
Dep. Elenil da Penha
Dep. Olyntho Neto

MEMBROS SUPLENTE:

Dep. José Bonifácio
Dep. Zé Roberto
Dep. Eduardo do Dertins
Dep. Valdemar Júnior
Dep. Júnior Evangelista

COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO E ESTUDOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE

MEMBROS EFETIVOS:

Dep. Eduardo S. Campos
Dep. Amália Santana
Dep. Valdemar Junior
Dep. Olyntho Neto
Dep. Vilmar de Oliveira

MEMBROS SUPLENTE:

Dep. Luana Ribeiro
Dep. Zé Roberto
Dep. Rocha Miranda
Dep. Junior Evangelista
Dep. Wanderlei Barbosa

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER

MEMBROS EFETIVOS:

Dep. Eduardo S. Campos
Dep. Amália Santana
Dep. Osires Damaso
Dep. Amélio Cayres
Dep. Cleiton Cardoso

MEMBROS SUPLENTE:

Dep. Luana Ribeiro
Dep. Valdez C. Branco
Dep. Júnior Evangelista
Dep. Vilmar de Oliveira
Dep. Olyntho Neto

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

MEMBROS EFETIVOS:

Dep. Toinho Andrade
Dep. Paulo Mourão
Dep. Eduardo do Dertins
Dep. Rocha Miranda
Dep. Júnior Evangelista

MEMBROS SUPLENTE:

Dep. Eduardo S. Campos
Dep. Valdez C. Branco
Dep. Eli Borges
Dep. Valdemar Junior
Dep. Olyntho Neto

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

Responsável: Diretoria de Área Legislativa
Publicado pela Coordenadoria de Publicações Oficiais da Diretoria de Taquigrafia e Documentação
Palácio Dep. João D'Abreu, Praça dos Girassóis, s/n - Palmas - TO
CEP 77003-905

Atos Legislativos

MENSAGEM Nº 8/2017

Palmas, 25 de janeiro de 2017.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Estadual **OSIRES RODRIGUES DAMASO**
Presidente da ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO
TOCANTINS
N E S T A

Senhor Presidente,

Encaminho, por intermédio de Vossa Excelência, à elevada deliberação dessa Augusta Assembleia Legislativa o Projeto de Lei nº 3/2017, que coloca em extinção o cargo de Agente Penitenciário, integrante do Quadro Permanente da Polícia Civil, previsto na Lei nº 1.545, de 30 de dezembro de 2004, e adota outras providências.

A medida intentada se destina a ultimar o desejável delinear e a recomendada segregação de dois processos ou conjuntos distintos de atribuições afetas ao Poder Executivo: a persecução criminal, de um lado, ao encargo da Polícia Civil; e a custódia dos presos e a guarda dos estabelecimentos prisionais, de outro, funções não compatíveis com o plexo de atribuições inerentes à atividade policial.

Com efeito, nos termos da ordem constitucional vigente, incumbe precipuamente à Polícia Civil o exercício das “funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais”, consoante dicção do art. 144, §4º, da Constituição Federal. Assim, a atividade policial e a persecução criminal devem cessar com a identificação do preso e sua condenação criminal.

Não obstante, por ocasião da inicial estruturação dos órgãos e das carreiras integrantes do Poder Executivo do Estado do Tocantins, em momento temporal de incipiência e consolidação da nova ordem constitucional, a custódia de ergastulados e guarda das unidades penitenciárias foram inseridas, em âmbito local, dentre as incumbências da Pasta da Segurança Pública e da carreira policial, mais especificamente foram confiadas a policiais civis ocupantes do cargo de Agente Penitenciário.

Partindo do entendimento posteriormente decantado de que a vigilância de presos e a manutenção da segurança das instalações carcerárias não encerram missões afetas à Polícia Civil, o Estado do Tocantins, ao longo de suas gestões governamentais, vem procurando ajustar o cenário inicialmente delineado, de forma a conceber a investigação policial e as atividades materiais de execução de penas privativas de liberdade como processos verdadeiramente autônomos, a cargo de órgãos distintos, cumprindo nesse aspecto uma diretriz recomendada pelo Ministério da Justiça e Cidadania e implementada em diversos unidades federadas.

Assim, nos anos antecedentes, o Estado do Tocantins instituiu a Secretaria de Cidadania e Justiça que, sob tal denominação ou nomenclaturas diversas recebidas ao longo dos tempos, recebeu a atribuição de gerir o sistema penitenciário, competindo-lhe “elaborar, coordenar e administrar a política prisional, por meio da custódia dos indivíduos privados de liberdade, promovendo condições efetivas para a reintegração social”, tal como previsto na Lei 2.461, de 7 de julho de 2011. Contudo, sem

profissionais organizados em carreira autônoma para a vigilância dos custodiados e manutenção da segurança prisional, a Pasta vem operando através da cessão precária, renovada anualmente, dos ocupantes do quantitativo do cargo de Agente Penitenciário, integrante do Quadro Permanente da Polícia Civil, pertencente à Secretaria da Segurança Pública.

Avançando no processo de segregação das atividades policial e de custódia de presos, e a fim de suprir a noticiada ausência de pessoal, sobreveio a inovação materializada na Lei 2.808, de 12 de dezembro de 2013, que criou no Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração dos Servidores Públicos do Quadro Geral do Poder Executivo, disciplinado pela Lei 2.669, de 19 de dezembro de 2012, o Grupo “Defesa Social e Segurança Penitenciária”, integrado de cargos de provimento efetivo, destacadamente o de “Técnico em Defesa Social”, fixando-lhe a atribuição de “operacionalizar tarefas de atendimento, serviço de vigilância, custódia, guarda, assistência, escolta e orientação de pessoas recolhidas aos estabelecimentos penais do Estado Tocantins”.

Nesse contexto, o Estado passou a se mobilizar para, oportunamente, circunscrever a atuação dos policiais civis, de um modo geral, aos limites das atividades de polícia judiciária e conferir ao Técnico em Defesa Social, após o provimento das vagas do cargo, o desempenho das suas atividades nas unidades prisionais, na ressocialização, formação e educação dos segregados.

Para tanto, a Administração Pública procedeu à abertura de concurso público deflagrado pelo Edital nº 4, de 3 de outubro de 2014, publicado na edição 4.227 Diário Oficial do Estado, convindo anotar que o certame em referência encontra-se em fase final, com previsão iminente de homologação e ulterior provimento efetivo dos cargos do Grupo de Defesa Social e Segurança Penitenciária.

Significa dizer que, provido o quantitativo do cargo de Técnico em Defesa Social, idealizado e ofertado no certame em número suficiente ao adequado gerenciamento do sistema prisional estadual, tornar-se-á desnecessária a manutenção do cargo de Agente Penitenciário, integrante do Quadro Permanente da Polícia Civil. Nesse compasso, é oportuno e possível à Administração Pública promover-lhe a extinção, com o subsequente aproveitamento dos respectivos agentes públicos em cargo cujos requisitos, atribuições e formação exigida sejam compatíveis com os concernentes ao cargo extinto, nos moldes da previsão contida no art. 33 da Lei nº 1.654, de 6 de janeiro de 2006, alinhada a permissivo semelhante estampado no art. 30 da Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007.

Nesses termos, cuida a presente Propositura para que, por ocasião do progressivo chamamento dos aprovados no noticiado certame e o provimento das vagas do cargo de Técnico em Defesa Social, seja o quantitativo do cargo de Agente Penitenciário extinto, na proporção gradativa do aludido provimento e após noventa dias deste, a fim de garantir a satisfatória transição dos serviços entre os antigos e novos responsáveis pelo desempenho das atividades estatais no contexto prisional.

Como ato contínuo à extinção, propõe-se o aproveitamento dos agentes públicos então ocupantes do cargo de Agente Penitenciário nas vagas disponíveis do cargo de Agente de Polícia, também integrante do Quadro Permanente da Polícia Civil, que possui diversas atribuições comuns àquele cargo, como as relativas à “investigação, busca e apreensão de objeto ou pessoa”, realização de “escolta intermunicipal e interestadual de presos”, participação em operações policiais e outras atividades típicas de polícia judiciária, consoante se infere do Anexo I à Lei nº 1.545, de 30 de dezembro de 2004.

Cabe informar, por oportuno, que os cargos de Agente Penitenciário e Agente de Polícia são estruturados nos mesmos moldes, com identidade de padrões ou classes, de referências e de remunerações, conforme atestam as tabelas financeiras que acompanham o Plano de Cargos, Carreiras e Subsídios dos Policiais Civis, disposto na lei supracitada.

Por fim, ao ensejo das providências enunciadas, propõe o presente Projeto de Lei a modificação do art. 2º da Lei nº 1.650, de 29 de dezembro de 2005, para: I – incluir o Diretor de Inteligência e Estratégia, o Diretor de Polícia da Capital e o Diretor de Polícia do Interior na composição do Conselho Superior da Polícia Civil, como membros natos; II – prever que o Presidente do colegiado será substituído, nas suas faltas e impedimentos, pelo Subsecretário da Segurança Pública; e III – promover ajustes na composição quanto aos membros eleitos.

À vista das considerações postas, solicitando que a tramitação do Projeto de Lei se faça em regime de urgência, na conformidade do disposto no art. 28 da Constituição do Estado, submeto a matéria ao discernimento dessa Egrêgia Casa de Leis.

MARCELO DE CARVALHO MIRANDA

Governador do Estado

PROJETO DE LEI Nº 3/2017

Coloca em extinção o cargo de Agente Penitenciário, previsto na Lei nº 1.545, de 30 de dezembro de 2004, e adota outras providências.

O Governador do Estado do Tocantins:

Faço saber que a **Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins** decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É colocado em extinção o cargo de Agente Penitenciário, integrante do Quadro Permanente da Polícia Civil, previsto na Lei nº 1.545, de 30 de dezembro de 2004, ao evento do provimento do quantitativo do cargo de Técnico em Defesa Social, integrante do Grupo Defesa Social e Segurança Penitenciária, de que trata a Lei nº 2.669, de 19 de dezembro de 2012.

Parágrafo único. A extinção a que alude o caput deste artigo é operada de forma gradativa, em número correspondente às vagas progressivamente providas do cargo de Técnico em Defesa Social e após o transcurso de noventa dias do provimento, até a totalidade do quantitativo do cargo de Agente Penitenciário.

Art. 2º O ocupante do cargo de Agente Penitenciário, por ocasião da extinção de que trata esta Lei, é imediatamente aproveitado no cargo de Agente de Polícia, por ato do Secretário de Estado da Administração, com fulcro no art. 33 da Lei nº 1.654, de 6 de janeiro de 2006, observada a mesma classe ou padrão e referência.

Art. 3º O art. 2º da Lei nº 1.650, de 29 de dezembro de 2005, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 2º.....

I –

b) Delegado-Geral da Polícia Civil;

f) Diretor de Inteligência e Estratégia;

g) Diretor de Polícia da Capital

h) Diretor de Polícia do Interior

II – na qualidade de membro eleito, dois Delegados de Polícia Civil, sendo um de 3ª Classe e um de Classe Especial, um Agente de Polícia, um Escrivão de Polícia, um Papiloscopista e um Agente de Necrotomia, indicados por suas respectivas classes, com mandato de dois anos, permitida uma recondução;

Parágrafo único. O Presidente será substituído, nas suas faltas e impedimentos, pelo Subsecretário.” (NR)

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Araguaia, em Palmas, aos 25 dias do mês de janeiro 2017; 196º da Independência, 129º da República e 29º do Estado.

MARCELO DE CARVALHO MIRANDA

Governador do Estado

MENSAGEM Nº 12/2017

Palmas, 1º de fevereiro de 2017.

A Sua Excelência o Senhor

Deputado Estadual **MAURO CARLESSE**

Presidente da ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO TOCANTINS

N E S T A

Senhor Presidente,

Na conformidade do disposto nos arts. 121, §4º, e 124, §3º, inciso III, do Regimento Interno dessa Casa, submeto, por intermédio de Vossa Excelência, à elevada deliberação da Augusta Assembleia Legislativa a presente **Emenda Modificativa nº 1/2017 ao Projeto de Lei nº 3/2017**, que coloca em extinção o cargo de Agente Penitenciário, previsto na Lei nº 1.545, de 30 de dezembro de 2004, e adota outras providências.

Trata-se de providência relativa ao art. 3º do referido Projeto de Lei, que, dedicado a alterar o art. 2º da Lei nº 1.650, de 29 de dezembro de 2005, deve receber a seguinte redação:

“Art. 3º O art. 2º da Lei 1.650, de 29 de dezembro de 2005, passa a vigorar com as seguintes alterações:

‘Art. 2º.....

I –

b) Delegado-Geral da Polícia Civil;

f) Diretor de Inteligência e Estratégia;

g) Diretor de Polícia da Capital

h) Diretor de Polícia do Interior

II – na qualidade de membro eleito, dois Delegados de Polícia Civil, sendo um de 3ª Classe e um de Classe Especial, um Agente de Polícia, um Escrivão de Polícia, um Papiloscopista, um **Perito Oficial** e um Agente de Necrotomia, indicados por suas respectivas classes, com mandato de dois anos, permitida uma recondução;

Parágrafo único. O Presidente será substituído, nas suas

faltas e impedimentos, pelo Subsecretário." (NR)

Esclareço que a presente modificação do art. 3º da Propositura destina-se, exclusivamente, a conferir ao Perito Oficial a devida representatividade no Conselho Superior da Polícia Civil, na conformidade do texto acima grifado, relativo ao inciso II do art. 2º da Lei nº 1.650/2005.

Pelo exposto, considerando que a presente substituição não modifica a gênese do Projeto de Lei nº 3/2017, submeto a matéria ao discernimento dessa Egrégia Casa de Leis.

MARCELO DE CARVALHO MIRANDA
Governador do Estado

Atas das Sessões Plenárias

8ª Legislatura, 3ª Sessão Legislativa
2 de fevereiro de 2017
Ata da Primeira Sessão Ordinária

Às nove horas do dia dois do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezessete, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, presidida pelo Senhor Deputado Mauro Carlesse, secretariado pelos Senhores Deputados Jorge Frederico, Primeiro-Secretário e Nilton Franco, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, e em consonância com o artigo 15 da Constituição Estadual, o Senhor Presidente declarou aberta a 3ª Sessão Legislativa da 8ª Legislatura, com a presença dos Senhores Deputados: Amélio Cayres, Cleiton Cardoso, Eduardo do Dertins, Elenil da Penha, Eli Borges, Jorge Frederico, José Bonifácio, Júnior Evangelista, Nilton Franco, Olyntho Neto, Osires Damaso, Paulo Mourão, Ricardo Ayres, Rocha Miranda, Toinho Andrade, Valdemar Júnior, Vilmar de Oliveira, Wanderlei Barbosa, Zé Roberto e das Senhoras Deputadas Amália Santana, Luana Ribeiro e Valdevez Castelo Branco. Encontra-se licenciado o Senhor Deputado Eduardo Siqueira Campos. Em seguida, o Senhor Presidente solicitou ao Senhor Deputado Nilton Franco, para fazer adentrar ao Plenário o Excelentíssimo Senhor Secretário-Chefe da Casa Civil, Dr. Télió Leão Ayres, que trouxe a esta Casa Mensagem do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado Marcelo de Carvalho Miranda, em cumprimento ao que determina o art. 40, inciso V da Constituição Estadual. Logo após a leitura do Texto Bíblico, o Senhor Presidente passou a palavra ao Senhor Secretário-Chefe da Casa Civil, Dr. Télió Leão Ayres, que procedeu a leitura da Mensagem. Em seguida, o Senhor Presidente com aquiescência do Plenário suspendeu a Sessão pelo prazo de até uma hora, reabrindo-a às doze horas e dezenove minutos. Em seguida, foi lido e despachado o expediente: Ofício número 1/2017, de autoria do Senhor Deputado Eduardo Siqueira Campos, que requer a concessão de licença médica para tratamento de saúde em conformidade com o Atestado Médico anexo, pelo prazo de até 121 dias. Na Apresentação de Matérias, foram apresentados os Projetos de Lei que receberam os números 1/2017, de autoria da Senhora Deputada Valdevez Castelo Branco; 2/2017, de autoria do Senhor Deputado Elenil da Penha; e os Requerimentos que receberam os números 01 a 08. Não havendo oradores inscritos no horário destinado às Comunicações, passou-se à deliberação da Ordem do Dia. Logo após, por falta de quórum, o Senhor Presidente transferiu-a para a Sessão subsequente. Não havendo oradores inscritos no horário desti-

nado às Discussões Parlamentares, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às doze horas e vinte e dois minutos, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata, que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário **Presidente** **2º Secretário**

8ª Legislatura, 3ª Sessão Legislativa
7 de fevereiro de 2017
Ata da Segunda Sessão Ordinária

Às nove horas do dia sete do mês de fevereiro, do ano de dois mil e dezessete, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, presidida pelo Senhor Deputado Mauro Carlesse, secretariado pelos Senhores Deputados Jorge Frederico, Primeiro-Secretário e Nilton Franco, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, com a presença dos Senhores Deputados: Amélio Cayres, Cleiton Cardoso, Eduardo do Dertins, Elenil da Penha, Eli Borges, Jorge Frederico, Júnior Evangelista, Nilton Franco, Olyntho Neto, Osires Damaso, Paulo Mourão, Ricardo Ayres, Rocha Miranda, Toinho Andrade, Valdemar Júnior, Vilmar de Oliveira, Wanderlei Barbosa, Zé Roberto e das Senhoras Deputadas Amália Santana, Luana Ribeiro, Solange Duailibe e Valdevez Castelo Branco. Encontra-se licenciado o Senhor Deputado Eduardo Siqueira Campos. Deixou de comparecer o Senhor Deputado José Bonifácio. Após a leitura do Texto Bíblico, nos termos do art. 26, inciso I, alínea "c" do Regimento Interno, o Senhor Presidente submeteu as Atas das Sessões anteriores à apreciação do Plenário, as quais foram aprovadas. Em seguida, foram lidos e despachados os Expedientes: Mensagem número 1/2017, de autoria do Senhor Governador do Estado, encaminhando a Medida Provisória número 1/2017, que "Altera as Leis números 2.755, de 20 de abril de 2012, e 2.665, de 18 de dezembro de 2012, na parte que especifica", reedição da Medida Provisória número 49, publicada em 9 de dezembro de 2016; Mensagem número 3/2017, de autoria do Senhor Governador do Estado, encaminhando o Projeto de Lei número 2/2017, que "Autoriza o Poder Executivo a doar à Fundação Pio XII a área de terreno urbano que especifica, e adota outra providência"; Mensagem número 10/2017, de autoria do Senhor Governador do Estado, encaminhando a Medida Provisória número 6/2017, que "Altera a Lei número 2.986, de 13 de julho de 2015, e adota outras providências", reedição da Medida Provisória número 51, publicada em 29 de dezembro de 2016; Mensagem número 120/2016, de autoria do Senhor Governador do Estado, encaminhando a Medida Provisória número 51/2016, que "Altera a Lei número 2.986, de 13 de julho de 2015, e adota outras providências", reedição da Medida Provisória número 48, publicada em 30 de novembro de 2016; Projeto de Lei número 350/2016, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Ayres, que "Altera a Lei número 2.758, de 28 de agosto de 2013, que autoriza o Chefe do Poder Executivo a regularizar a ocupação nos assentamentos que especifica, e dá outras providências"; Projeto de Lei número 354/2016, de autoria do Senhor Deputado Elenil da Penha, que "Autoriza a criação do comitê da bacia hidrográfica dos Rios Tocantins e Araguaia e dá outras providências"; Ofício número 490/2017, oriundo da Secretaria da Saúde, informando a celebração de termo aditivo, com a Prefeitura de Buriti do Tocantins; Ofício número 4/2017, oriundo do Ministério do Meio Ambiente, informando a celebração do quinto termo aditivo, por intermédio da Secretaria de Mudanças Climáticas do Tocantins – Naturatins; Ofício oriundo da Secreta-

ria da Saúde, em resposta a Requerimento de autoria do Senhor Deputado Eduardo Siqueira Campos; Ofício número 21/2017, oriundo do DNIT, em resposta a Requerimento de autoria do Senhor Deputado Jorge Frederico; Ofício número 553/2016, oriundo da Universidade Federal do Tocantins – UFT, em resposta a Requerimento de autoria do Senhor Deputado Eduardo Siqueira Campos; Ofícios oriundos da Secretaria-Geral de Governo e Articulação Política, em resposta a Requerimentos de autoria dos Senhores Deputados Elenil da Penha, Paulo Mourão e da Senhora Deputada Valderéz Castelo Branco; Ofício número 144/2017, oriundo do Ministério da Saúde, em resposta a Requerimento de autoria do Senhor Deputado Mauro Carlesse; e Ofício número 177/2016, de autoria do Senhor Governador do Estado, encaminhando a retirada do Projeto de Lei número 25, de 10 de maio de 2016, incluindo-se a Emenda Modificativa proposta nos termos da Mensagem número 69, de 8 de agosto de 2016, cujo teor versa sobre a autorização para o Chefe do Poder Executivo contratar operação de crédito com a Caixa Econômica Federal. Na Apresentação de Matérias, foram apresentados os Projetos de Lei que receberam os números: 04, 05 e 06/2017, de autoria do Senhor Deputado Wanderlei Barbosa; 07, 08 e 09/2017, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro; 10/2017, de autoria do Senhor Deputado Jorge Frederico; 11, 12, 13, 14, 15, 16 e 17/2017, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Ayres; 18/2017, de autoria do Senhor Deputado Paulo Mourão; e os Requerimentos que receberam os números: 9 a 346. Logo após, com aquiescência do Plenário, o Senhor Presidente suspendeu a Sessão pelo prazo de até uma hora, para Reunião com os Senhores Deputados na Sala Vip, reabrindo-a às dezesseis horas e cinquenta e dois minutos. Em seguida, assumiu a Presidência o Senhor Deputado Jorge Frederico. Logo após, não havendo quórum, o Senhor Presidente transferiu a deliberação da Ordem do Dia para a Sessão subsequente. Em seguida, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às dezesseis horas e cinquenta e nove minutos, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário

Presidente

2º Secretário

8ª Legislatura, 3ª Sessão Legislativa**8 de fevereiro de 2017****Ata da Terceira Sessão Ordinária**

Às nove horas do dia oito do mês de fevereiro, do ano de dois mil e dezessete, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, presidida pela Senhora Deputada Luana Ribeiro, secretariada pelos Senhores Deputados Jorge Frederico, Primeiro-Secretário e Nilton Franco, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, com a presença dos Senhores Deputados: Amélio Cayres, Cleiton Cardoso, Eduardo do Dertins, Elenil da Penha, Eli Borges, José Bonifácio, Jorge Frederico, Júnior Evangelista, Nilton Franco, Olyntho Neto, Osires Damaso, Paulo Mourão, Ricardo Ayres, Rocha Miranda, Toinho Andrade, Valdemar Júnior, Vilmar de Oliveira, Wanderlei Barbosa, Zé Roberto e das Senhoras Deputadas Amália Santana, Luana Ribeiro, Solange Duailibe e Valderéz Castelo Branco. Encontra-se licenciado o Senhor Deputado Eduardo Siqueira Campos. Após a leitura do Texto Bíblico, nos termos do art. 26, inciso I, alínea “c” do Regimento Interno, a Senhora Presidente submeteu a Ata da Sessão anterior à apreciação do Plenário, a qual foi aprovada. Em seguida, foram lidos e despachados os Expedientes: Ofícios

oriundos da Caixa Econômica Federal – CEF, informando a liberação de recursos financeiros e alteração contratual com diversas Prefeituras e Instituições do Estado do Tocantins; Ofício número 11/2017, oriundo da Secretaria da Educação, Juventude e Esportes, em resposta a Requerimento de autoria do Senhor Deputado Osires Damaso; Ofício Executivo número 16/2017 – Pleno, oriundo do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, referente à Intimação do Acórdão proferido na Ação Direta de Inconstitucionalidade 0004934-52.2015.827.0000; Ofício número 68/2017, oriundo da Secretaria da Infraestrutura, Habitação e Serviços Públicos, informando a celebração de convênio com o Instituto Quem Diria, no Município de Palmas-TO; Ofícios oriundos da Secretaria-Geral de Governo e Articulação Política, em resposta a Requerimentos de autoria dos Senhores Deputados Amélio Cayres, Júnior Evangelista, Olyntho Neto, Osires Damaso e da Senhora Deputada Valderéz Castelo Branco; e Ofícios oriundos da Secretaria da Educação, Juventude e Esportes, informando a celebração de convênios e termos de colaboração com diversas Prefeituras e Instituições do Estado do Tocantins. Na Apresentação de Matérias, foram apresentados o Projeto de Lei que recebeu o número 19/2017, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro; e os Requerimentos que receberam os números: 347 a 362. Logo após, foram aprovadas as urgências dos Requerimentos que receberam os números: 9, 10, 11, 28, 29, 30 e 31, de autoria do Senhor Deputado Valdemar Júnior; 1.969, 12, 13 e 32, de autoria do Senhor Deputado Toinho Andrade; 14, 15, 16, 17 e 18, de autoria do Senhor Deputado Wanderlei Barbosa; 19 e 20, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro; 26 e 27, de autoria do Senhor Deputado Rocha Miranda; e 1.973, de autoria do Senhor Deputado Paulo Mourão. Em seguida, assumiu a Presidência o Senhor Deputado Toinho Andrade. No horário destinado às Comunicações, usaram a tribuna os Senhores Deputados Ricardo Ayres e Paulo Mourão. Logo após, assumiu a Presidência a Senhora Deputada Luana Ribeiro. Na Ordem do Dia, não havendo quórum, a Senhora Presidente transferiu sua deliberação para a Sessão subsequente. Em seguida, a Senhora Presidente encerrou a Sessão às doze horas e vinte e três minutos, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário

Presidente

2º Secretário

8ª Legislatura, 3ª Sessão Legislativa**8 de fevereiro de 2017****Ata da Quarta Sessão Ordinária**

Às quinze horas do dia oito do mês de fevereiro, do ano de dois mil e dezesseis, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, presidida pela Senhora Deputada Luana Ribeiro, secretariada pelos Senhores Deputados Jorge Frederico, Primeiro-Secretário e Nilton Franco, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, a Senhora Presidente declarou aberta a Sessão, com a presença dos Senhores Deputados: Amélio Cayres, Cleiton Cardoso, Eduardo do Dertins, Elenil da Penha, Eli Borges, José Bonifácio, Jorge Frederico, Júnior Evangelista, Nilton Franco, Olyntho Neto, Osires Damaso, Paulo Mourão, Ricardo Ayres, Rocha Miranda, Toinho Andrade, Valdemar Júnior, Vilmar de Oliveira, Wanderlei Barbosa, Zé Roberto e as Senhoras Deputadas Amália Santana, Luana Ribeiro, Solange Duailibe e Valderéz Castelo Branco. Encontra-se licenciado o Senhor Deputado Eduardo Siqueira Campos. Após a leitura do Texto Bíblico, a Senhora Presidente, com aquiescência

do Plenário, transferiu a deliberação das Atas das Sessões anteriores para a Sessão subsequente. Em seguida, foram lidos e despachados os Expedientes: Ofício número 1/2017, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Ayres, comunicando o desligamento do partido PSB do Bloco Parlamentar composto pelos partidos PSC/PSL/PPS/PSB/PSDB; Ofício número 1/2017, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, comunicando o desligamento do partido PDT do Bloco Parlamentar composto pelos partidos PHS/PSD/DEM/PR/PDT; Ofício número 1/2017, de autoria do Senhor Deputado Eli Borges, comunicando o desligamento do Partido PROS do Bloco Parlamentar composto pelos partidos SD/PROS; Ofício número 1/2017, de autoria do Senhor Deputado Toinho Andrade, comunicando o desligamento do partido PSD do Bloco Parlamentar composto pelos partidos PHS/PSD/DEM/PR/PDT; Ofício número 5/2017, de autoria do Senhor Deputado Mauro Carlesse, comunicando o desligamento do partido PHS do Bloco Parlamentar composto pelos partidos PHS/PSD/DEM/PR/PDT; Ofício de autoria do Bloco do partido PMDB, informando a indicação, para exercer a liderança do Bloco, o Senhor Deputado Valdemar Júnior; Ofício número 1/2017, de autoria dos Senhores Deputados Júnior Evangelista, Jorge Frederico, Cleiton Cardoso e Olyntho Neto, comunicando a composição pelos partidos PSC/PSDB/PSL, sob a liderança do Senhor Deputado Júnior Evangelista; Ofício número 11/2017, de autoria dos Senhores Deputados Paulo Mourão, Amália Santana, Valdevez Castelo Branco e Zé Roberto, informando a indicação do Senhor Deputado Paulo Mourão, para exercer a liderança dos Blocos dos Partidos PT/PP; Ofício número 1/2017, de autoria dos Senhores Deputados Toinho Andrade, Luana Ribeiro, Solange Duailibe e José Bonifácio, comunicando a composição do Bloco Parlamentar, composto pelos partidos DEM/PDT/PR/PSD, sob a liderança da Senhora Deputada Solange Duailibe; Ofício número 1/2017, de autoria dos Senhores Deputados Mauro Carlesse, Ricardo Ayres, Eli Borges, Eduardo do Dertins, comunicando a composição do Bloco Parlamentar, composto pelos partidos PPS/PSB/PROS/PHS, sob a liderança do Senhor Deputado Eduardo do Dertins; Ofício número 1.790/2016, oriundo da Secretaria do Desenvolvimento da Agricultura e Pecuária, informando a celebração de convênio com o Instituto Terra Sustentável; Ofício número 1.842/2016, oriundo da Presidência da República – Casa Civil, encaminhando cópia do Quinto Termo Aditivo ao Convênio, celebrado por intermédio do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA e a Secretaria de Estado de Segurança Pública do Estado do Tocantins; Ofício número 4.132/2016, oriundo da Secretaria da Educação, Juventude e Esportes do Estado, informando a celebração de convênio com o Instituto Guri de Artes Marciais, que tem por objetivo a realização do Projeto Guri de Artes Marciais e Promoção de Eventos no Distrito de Luzimangues; Ofícios oriundos da Secretaria da Saúde, informando a celebração de termos aditivos com diversas Instituições do Estado do Tocantins; Comunicados oriundos do Ministério da Educação, informando a liberação de recursos financeiros, destinados a garantir a execução de programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE; Ofícios oriundos da Caixa Econômica Federal – CEF, informando a liberação de recursos financeiros, extinção contratual e alteração contratual com diversas Prefeituras e Instituições do Estado do Tocantins; Ofício oriundo do Comando-Geral da PMTO, em resposta a Requerimento de autoria do Senhor Deputado Elenil da Penha; Ofício oriundo da Secretaria da Saúde, em resposta a Requerimento de autoria do Senhor Deputado Olyntho Neto; Ofício oriundo da Caixa Econômica Federal – CEF, informando alteração contratual com a Polícia Militar do Estado do Tocantins; Ofícios oriundos da Secretaria da Saúde,

comunicando a celebração de convênios e termo aditivo, com diversas Prefeituras e Instituições do Estado do Tocantins; Ofício número 1/2017, de autoria do Senhor Deputado Cleiton Cardoso, comunicando o desligamento do partido PSL do Bloco Parlamentar composto pelos partidos PSC/PSL/PPS/PSB/PSDB; Ofício número 1/2017, de autoria do Senhor Deputado Eduardo do Dertins, comunicando o desligamento do partido PPS do Bloco Parlamentar composto pelos partidos PSC/PSL/PPS/PSB/PSDB; e Ofício número 1/2017, de autoria do Senhor Deputado Olyntho Neto, comunicando o desligamento do partido PSDB do Bloco Parlamentar composto pelos partidos PSC/PSL/PPS/PSB/PSDB. Na Apresentação de Matérias, foram apresentados o Projeto de Lei que recebeu o número 22/2017, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Ayres; e os Requerimentos que receberam os números: 363 a 367. Logo após, a Senhora Presidente, com aquiescência do Plenário, suspendeu a Sessão pelo prazo de até uma hora, reabrindo-a às dezoito horas e dezessete minutos. Em seguida, assumiu a Presidência o Senhor Deputado Mauro Carlesse. Na Ordem do Dia, não havendo quórum, o Senhor Presidente transferiu sua deliberação para a Sessão subsequente. Logo após, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às dezoito horas e dezoito minutos, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário

Presidente

2º Secretário

Atas das Comissões

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO 8ª LEGISLATURA - 3ª SESSÃO LEGISLATIVA Ata de Eleição e Instalação 9 de fevereiro de 2017

Às treze horas e vinte minutos do dia nove de fevereiro de dois mil e dezessete, reuniu-se a Comissão de Constituição, Justiça e Redação, no Plenarinho da Assembleia Legislativa, nesta Capital, nos termos do art. 26, inciso III, alínea “a” e art. 45, do Regimento Interno, conforme as indicações dos Blocos e Bancadas Parlamentares com assento nesta Casa de Leis, segundo os preceitos do art. 18, inciso III, do Regimento Interno e do Decreto Administrativo número 120, de 09 de fevereiro de 2017. O Senhor Deputado Nilton Franco, conforme o § 3º do artigo 58 do Regimento Interno, assumiu a presidência dos trabalhos e declarou aberta a presente Reunião, sendo secretariado pelo Senhor Deputado Olyntho Neto. Em seguida, passou-se à leitura do Decreto Administrativo número 120, de 09 de fevereiro de 2017, o qual designa seus Membros: efetivos, os Senhores Deputados: Toinho Andrade, Valdevez Castelo Branco, Rocha Miranda, Ricardo Ayres e Olyntho Neto; e suplentes os Senhores Deputados: Amália Santana, Luana Ribeiro, Valdemar Júnior, Eli Borges e Cleiton Cardoso. Estavam presentes os Senhores Deputados: Toinho Andrade, Valdevez Castelo Branco, Rocha Miranda, Ricardo Ayres, Olyntho Neto, Amália Santana, Valdemar Júnior, e Eli Borges. O Senhor Presidente solicitou aos Senhores Líderes dos Blocos e Bancadas que procedessem ao registro junto à Mesa, individualmente ou por chapa, aos cargos de Presidente e Vice-Presidente da Comissão, conforme artigo 13 e § 2º do artigo 58 do Regimento Interno deste Poder. O Senhor Deputado Olyntho Neto e o Senhor Deputado Ricardo Ayres, concorreram ao cargo de Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, sendo desig-

nados escrutinadores os Senhores Deputados Rocha Miranda e Valdez Castelo Branco. Em seguida, deu-se início ao processo de eleição com a chamada nominal dos membros presentes para a votação dos referidos cargos. Após a informação de que o número de cédulas coincidia com o número de votantes, passou-se à apuração dos votos e foram eleitos com 05(cinco) votos, respectivamente; ao cargo de Presidente desta Comissão o Senhor Deputado Olyntho Neto e, ao cargo de Vice-Presidente o Senhor Deputado Ricardo Ayres. O Senhor Deputado Olyntho Neto, assumiu o cargo de Presidente e, após dar posse ao Senhor Deputado Ricardo Ayres, colocou em deliberação o dia e horário das Reuniões desta Comissão, sendo decidido que as mesmas serão realizadas às quatorze horas, das terças-feiras. Em seguida, o Senhor Presidente encerrou a Reunião convocando Reunião Ordinária, para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata, que será assinada e publicada.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO
8ª LEGISLATURA - 3ª SESSÃO LEGISLATIVA
Ata da Primeira Reunião Ordinária
14 de fevereiro de 2017

Às quatorze horas do dia quatorze de fevereiro de dois mil e dezessete, reuniu-se a Comissão de Constituição, Justiça e Redação, no Plenarinho da Assembleia Legislativa, nesta Capital, com a presença dos Senhores Deputados: Olyntho Neto e a Senhora Deputada Valdez Castelo Branco. Estavam ausentes os Senhores Deputados: Ricardo Ayres, Rocha Miranda e Toinho Andrade. O Senhor Presidente Deputado Olyntho Neto, declarou aberta a Reunião e solicitou a leitura das Atas das Reuniões anteriores e Ata de Instalação da presente Comissão que, por falta de quórum, foi transferida para a Reunião subsequente. Não havendo Expediente, passou-se à Distribuição de Matérias e foram nomeados relatores os Senhores Deputados: Rocha Miranda, Processo número, 362/2016; Valdez Castelo Branco Processo número, 02/2017 e Olyntho Neto, Processo número, 03/2017 e renomeados relatores os Senhores Deputados: Toinho Andrade, Processos números, 351/2016, 354/2016, e 355/2016; Olyntho Neto, Processos números, 356/2016 e 359/2016 e a Senhora Deputada Valdez Castelo Branco, Processos números, 273/2015 e 249/2016. Não havendo Devolução de Matérias nem Ordem do Dia a ser deliberada, o Senhor Presidente encerrou a Reunião e convocou Reunião Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata que será assinada e publicada.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO
8ª LEGISLATURA - 3ª SESSÃO LEGISLATIVA
Ata da Segunda Reunião Ordinária
21 de fevereiro de 2017

Às quatorze horas do dia vinte e um de fevereiro de dois mil e dezessete, reuniu-se a Comissão de Constituição, Justiça e Redação, no Plenarinho da Assembleia Legislativa, nesta Capital, com a presença dos Senhores Deputados: Alan Barbiero, Olyntho Neto, Rocha Miranda e das Senhoras Deputadas: Amália Santana e Valdez Castelo Branco. Estava ausente o Senhor Deputado Toinho Andrade. O Senhor Presidente, Deputado Olyntho Neto, declarou aberta a Reunião e solicitou a leitura da Ata da Reunião anterior, que foi lida e aprovada pelos Membros presentes. Não havendo Expediente, passou-se à Distribuição de Matérias e foram nomeados relatores os Senhores Deputados: Alan Barbiero, Processos números: 07/2017, de autoria do Deputado Mauro Carlesse, que “Dispõe sobre a reserva de vagas para o primeiro emprego nas empresas prestadoras de servi-

ços ao Estado do Tocantins, assim como nas concessionárias e permissionárias de serviços públicos estaduais, e dá outras providências.”; 09/2017, de autoria da Deputada Luana Ribeiro, que “Declara de Utilidade Pública Estadual a Sociedade Brasileira de Cardiologia Seção Tocantins-SBC/TO.”; e 10//2017, de autoria da Deputada Luana Ribeiro, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade de os estabelecimentos públicos e privados no Estado do Tocantins inserirem nas placas de atendimento prioritário o símbolo mundial do autismo e dá outras providências.”; Olyntho Neto, Processos números: 05/2017, de autoria do Governador do Estado que “Reajusta os benefícios de aposentadoria e pensão por morte, mantidos pelo Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins - Igeprev - Tocantins, e adota outras providências.”; 06/2017, de autoria do Governador do Estado que “Altera o art. 1º-A da Lei 1.303, de 20 de março de 2002, que reduz a base de cálculo, concede isenção e crédito presumido de ICMS nas operações que especifica, e adota outra providência.”; e 08/2017, de autoria do Deputado Ricardo Ayres, que “Dispõe sobre a proibição, no prazo de dez anos, de licenciamento de exploração do gás de xisto no Estado do Tocantins pelo método fracking e dá outras providências.”; Toinho Andrade, Processo número 12/2017, de autoria do Governador do Estado, que “Dispõe sobre os Sistemas de Administração Financeira Estadual e de Contabilidade Estadual, e adota outras providências.”; e Valdez Castelo Branco, Processos números: 04/2017, de autoria do Governador do Estado, que “Altera a Lei 3.174, de 28 de dezembro de 2016, que dispõe sobre a revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo do Estado do Tocantins.”; 11/2017, de autoria da Deputada Luana Ribeiro, que “Declara as refeições chambari, panelada, patrimônio cultural e gastronômico do Estado do Tocantins.”; e 13/2017, de autoria da Deputada Luana Ribeiro, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade do registro por parte dos hospitais públicos e privados no Estado do Tocantins, dos recém-nascidos com Síndrome de Down e todas as outras síndromes identificadas ou suspeitas, e de sua imediata comunicação às instituições especializadas que desenvolvam atividades com as pessoas com deficiência e estabelece outras providências.”. O Senhor Deputado Rocha Miranda foi renomeado relator do Processo número 259/2016, de autoria do Deputado Vilmar de Oliveira, que “Declara de Utilidade Pública a Associação dos Agricultores Familiares do Projeto de Assentamento Vale do Bananal, em Couto Magalhães-TO.”. Na Devolução de Matérias foram devolvidos os Processos números: 201/2015, de autoria do Deputado Ricardo Ayres, que “Institui a Política Estadual de Cultura Viva e dá outras providências.”; 95/2016, de autoria da Deputada Valdez Castelo Branco, que “Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Cultural de Araguaína-TO.”; 107/2016, de autoria do Deputado de autoria do Deputado Ricardo Ayres, que “Dispõe sobre o direito que tem o consumidor de constatar a existência de produto exposto à venda com prazo de validade vencido de receber, gratuitamente, outro produto idêntico ou similar, à sua escolha, em igual quantidade.”; 109/2016, de autoria da Deputada Valdez Castelo Branco, que “Declara de Utilidade Pública Estadual o Instituto Encanto do Luar, com se de na cidade de Araguaína.”; 296/2016, de autoria do Governador do Estado, que “Revoga do Plano Estadual de Educação – PEE/TO (2015-2015) aprovado pela Lei 2.977, de 8 de julho de 2015, o item que especifica.”; 304/2016, de autoria do Deputado Júnior Evangelista, que “Dispõe sobre a expedição da Carteira de Identidade da Pessoa com Deficiência no Estado do Tocantins, para fins de comprovação da deficiência na aquisição de benefícios concedidos

pelo Estado e seus municípios, e dá outras providências.”; e 03/2017, de autoria do Governador do Estado, que “Autoriza o Poder Executivo a doar à Fundação Pio XII a área de terreno urbano que especifica, e adota outra providência.”; pelo Deputado Olyntho Neto, que também devolveu os Processos números: 465/2015, de autoria do Deputado Ricardo Ayres, que “Institui o Estatuto da Pessoa com Deficiência no Estado do Tocantins.”; e 332/2016, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “Altera a Lei 1.288, de 28 de dezembro de 2001, que dispõe sobre o Contencioso Administrativo-Tributário e os Procedimentos Administrativo-Tributários, e adota outras providências.”, ambos sem parecer de vista. A Senhora Deputada Valdevez Castelo Branco devolveu os Processos números: 231/2016, de autoria da Deputada Luana Ribeiro que “Dispõe sobre baixa de pontuação na CNH aos doadores de sangue no Estado do Tocantins, e dá outras providências.”, relatado pela Deputada Amália Santana; 260/2016, de autoria do Deputado Ricardo Ayres, que “Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Estadual.” relatado pelo Deputado Nilton Franco; 258/2016, 284/2016 e 358/2016, relatados pelo Deputado Toinho Andrade. Na Ordem do Dia, após leitura e deliberação dos pareceres dos respectivos relatores, os Processos números: 201/2015 e 03/2017 foram aprovados e encaminhados à Comissão de Administração, Trabalho, Defesa do Consumidor, Transportes, Desenvolvimento Urbano e Serviço Público; os Processos números 95/2016, 109/2016, 258/2016 e 358/2016 foram aprovados e encaminhados ao Plenário; os Processos números 284/2016 e 296/2016 foram aprovados e encaminhados à Comissão de Educação, Cultura e Desporto; os Processos números 304/2016 e 332/2016 foram aprovados e encaminhados à Comissão de Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle; e os Processos números 465/2015, 107/2016, 231/2016, e 260/2016, foram aprovados e encaminhados ao Arquivo. Em seguida, o Senhor Presidente encerrou a Reunião e convocou Reunião Extraordinária para dentro de um minuto. Para constar, lavrou-se a presente Ata que será assinada e publicada.

COMISSÃO DE FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

8ª LEGISLATURA - 3ª SESSÃO LEGISLATIVA

Ata de Eleição e Instalação

9 de fevereiro de 2017

Às treze horas e quarenta e sete minutos do dia nove de fevereiro de dois mil e dezessete, reuniu-se a Comissão de Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle, no Plenarinho da Assembleia Legislativa, nesta Capital, nos termos do art. 26, inciso III, alínea “a” e art. 45, do Regimento Interno, conforme as indicações dos Blocos e Bancadas Parlamentares com assento nesta Casa de Leis, segundo os preceitos do art. 18, inciso III, do Regimento Interno e do Decreto Administrativo número 120, de 09 de fevereiro de 2017. O Senhor Deputado Eduardo do Dertins, conforme o § 3º do artigo 58 do Regimento Interno, assumiu a presidência dos trabalhos e declarou aberta a presente Reunião, sendo secretariado pelo Senhor Deputado José Bonifácio. Em seguida, passou-se à leitura do Decreto Administrativo número 120, de 09 de fevereiro de 2017, o qual designa seus Membros: efetivos, os Senhores Deputados: José Bonifácio, Paulo Mourão, Eduardo do Dertins, Elenil da Penha e Júnior Evangelista; e suplentes, os Senhores Deputados: Toinho Andrade, Valdevez Castelo Branco, Ricardo Ayres, Rocha Miranda e Olyntho Neto. Estavam presentes os Senhores Deputados: José Bonifácio, Eduardo do Dertins, Elenil da Penha, Júnior Evangelista, Toinho Andrade, Valdevez Castelo Branco e Olyntho Neto. Estavam

ausentes os Senhores Deputados: Paulo Mourão, Ricardo Ayres e Rocha Miranda. O Senhor Deputado José Bonifácio e o Senhor Deputado Eduardo do Dertins concorreram ao cargo de Presidente e Vice-Presidente, respectivamente. Foram designados escrutinadores e fiscais os Senhores Deputados Elenil da Penha e Júnior Evangelista. Em seguida, deu-se início ao processo de eleição com a chamada nominal dos Membros presentes para a votação dos referidos cargos. Após a informação de que o número de cédulas coincidia com o número de votantes, passou-se à apuração dos votos e foram eleitos com cinco (05) votos, respectivamente, ao cargo de Presidente desta Comissão o Senhor Deputado José Bonifácio e ao cargo de Vice-Presidente o Senhor Deputado Eduardo do Dertins. Em seguida o Senhor Deputado José Bonifácio assumiu o cargo de Presidente, deu posse ao Senhor Deputado Eduardo do Dertins e colocou em deliberação o dia e horário das Reuniões desta Comissão, sendo decidido que as mesmas serão realizadas às quinze horas, das terças-feiras. Em seguida, o Senhor Presidente encerrou a Reunião convocando Reunião Ordinária, para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata, que será assinada e publicada.

COMISSÃO DE FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

8ª LEGISLATURA - 3ª SESSÃO LEGISLATIVA

Ata da Primeira Reunião Ordinária

14 de fevereiro de 2017

Às quinze horas do dia quatorze de fevereiro de dois mil e dezessete, na Comissão de Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle, no Plenarinho da Assembleia Legislativa, nesta Capital, o Senhor Deputado Elenil da Penha, assumiu a presidência dos trabalhos e, por falta de quorum, deixou de abrir a Reunião, convocando Reunião Ordinária para dia e hora regimentais. Estavam ausentes os Senhores Deputados: José Bonifácio, Paulo Mourão, Eduardo do Dertins e Júnior Evangelista. Para constar, lavrou-se a presente Ata que será assinada e publicada.

COMISSÃO DE FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

8ª LEGISLATURA - 3ª SESSÃO LEGISLATIVA

Ata da Segunda Reunião Ordinária

21 de fevereiro de 2017

Às quinze horas do dia vinte e um de fevereiro de dois mil e dezessete, reuniu-se a Comissão de Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle, no Plenarinho da Assembleia Legislativa, nesta Capital, com a presença do Senhor Deputado Elenil da Penha e da Senhora Deputada Valdevez Castelo Branco. Estavam ausentes os Senhores Deputados: José Bonifácio, Paulo Mourão, Stalin Bucar e Júnior Evangelista. O Senhor Deputado Elenil da Penha assumiu a presidência dos trabalhos e solicitou a leitura da Ata anterior que, por falta de quorum, foi transferida para a Reunião anterior. Não havendo Expediente, passou-se à Distribuição de Matérias e foram nomeados relatores os Senhores Deputados: Júnior Evangelista, Processo número 150/2016, de autoria do Deputado Ricardo Ayres, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade da informação do preço dos serviços, produtos, imóveis e veículos automotores nos anúncios realizados em jornais, revistas, periódicos ou outros meios de divulgação.”; Paulo Mourão, Processo número 267/2016, de autoria do Deputado Ricardo Ayres, que “Altera o art. 71 da Lei nº 1.287, de 28 de dezembro de 2001, que dispõe sobre o Código Tributário do Estado do Tocantins.”; Valdevez Castelo Branco, Processo número 332/2016, de autoria do Governador do Estado, que “Altera a Lei 1.288, de 28 de de-

zembro de 2001, que dispõe sobre o Contencioso Administrativo-Tributário e os Procedimentos Administrativo-Tributários, e adota outras providências.”; e Alan Barbiero, Processo número 357/2016, de autoria do Governador do Estado, que “Altera a Lei 1.287, de 28 de dezembro de 2001, que dispõe sobre o Código Tributário do Estado do Tocantins.”. Em seguida, o Senhor Presidente encerrou a Reunião, convocando Reunião Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata que será assinada e publicada.

Expedientes

CI. Nº 23/2017/GDPM

Palmas/TO, 8 de março de 2017.

Ao Excelentíssimo Senhor

MAURO CARLESSE

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins
NESTA

Senhor Presidente,

Após cordiais cumprimentos, venho à Vossa Excelência indicar os Senhores Deputados para compor a Comissão Especial de Estudo do Ordenamento Econômico, Administrativo, Social e Político do Estado do Tocantins:

- Membro Titular: DEPUTADO PAULO MOURÃO – PT
- Membro Suplente: DEPUTADA VALDEREZ CASTELO BRANCO – PP

Atenciosamente,

PAULO MOURÃO

Deputado Estadual
Líder do Bloco dos Partidos PT/PP

Atos Administrativos

DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 105/2017

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução nº 319, de 30 de abril de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR Ruite Martins Mariano, do cargo em comissão de Assessor Parlamentar AP-01, do Gabinete do Deputado **Mauro Carlesse**, retroativamente a 1º de fevereiro de 2017.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 3 dias do mês de fevereiro de 2017.

Deputado **MAURO CARLESSE**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 108/2017

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução nº 319, de 30 de abril de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR dos respectivos cargos em comissão, os seguintes servidores do Gabinete do Deputado **Eduardo Siqueira Campos**, retroativamente a 1º de fevereiro de 2017:

- Vanderlan Coelho Maciel - AP-01
- Thiago Marcos Barbosa de Carvalho - AP-11
- Victor Alves Machado - AP-11
- Mariele Borges da Costa - Auxiliar de Gabinete de Líder de Bloco Parlamentar e/ou Partido Político
- Lúcio Mascarenhas Martins - Chefe de Gabinete de Deputado

Art. 2º NOMEÁ-LOS, para os respectivos cargos em comissão, da mesma lotação, retroativamente a 1º de fevereiro de 2017:

- Lúcio Mascarenhas Martins - AP-01
- Victor Alves Machado - AP-12
- Mariele Borges da Costa - AP-16
- Thiago Marcos Barbosa de Carvalho Auxiliar de Gabinete de Líder de Bloco Parlamentar e/ou Partido Político
- Vanderlan Coelho Maciel Chefe de Gabinete de Deputado

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 3 dias do mês de fevereiro de 2017.

Deputado **MAURO CARLESSE**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 109/2017

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução nº 319, de 30 de abril de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR para os respectivos cargos em comissão, os seguintes servidores no Gabinete do Deputado **Eduardo Siqueira Campos**, retroativamente a 1º de fevereiro de 2017:

- Antônio Cristiano Freires da Silva - AP-01
- Rosane Rodrigues Torchio - AP-01
- Antônio Iggo Gomes - AP-16
- Lana Larissa Ribeiro Jorge Américo - AP-16
- Ricley Martins Pires - AP-16
- Tiago Silva de Oliveira - AP-16

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 3 dias do mês de fevereiro de 2017.

Deputado **MAURO CARLESSE**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 110/2017

O **Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução nº 319, de 30 de abril de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR dos respectivos cargos em comissão, os seguintes servidores do Gabinete do Deputado **Paulo Mourão**, retroativamente a 1º de fevereiro de 2017:

- Antonio Moreira Glória - AP-14
- Valdilene Monteiro Rosa - AP-12

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 3 dias do mês de fevereiro de 2017.

Deputado **MAURO CARLESSE**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 111/2017

O **Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução nº 319, de 30 de abril de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR **Silbéria Leite Silva**, para o cargo em comissão de Assessor Parlamentar AP-12, no Gabinete do Deputado **Paulo Mourão**, retroativamente a dia 1º de fevereiro de 2017.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 3 dias do mês de fevereiro de 2017.

Deputado **MAURO CARLESSE**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 112/2017

O **Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução nº 319, de 30 de abril de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR **Alberto Neves Sodré**, do cargo em comissão de Chefe de Gabinete, do Gabinete do Deputado **Júnior Evangelista**, retroativamente a 1º de fevereiro de 2017.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 3 dias do mês de fevereiro de 2017.

Deputado **MAURO CARLESSE**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 113/2017

O **Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da

Resolução nº 319, de 30 de abril de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR **Alu zio Noletto Júnior**, para o cargo em comissão de Chefe de Gabinete de Deputado, no Gabinete do Deputado **Júnior Evangelista**, retroativamente a 1º de fevereiro de 2017.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 3 dias do mês de fevereiro de 2017.

Deputado **MAURO CARLESSE**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 114/2017

O **Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução nº 319, de 30 de abril de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR **Isa Divina Pantoja de Oliveira**, do cargo em comissão de Assessor Parlamentar AP-16, do Gabinete do Deputado **Olyntho Neto**, retroativamente a 1º de fevereiro de 2017.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 6 dias do mês de fevereiro de 2017.

Deputado **MAURO CARLESSE**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 115/2017

O **Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução nº 319, de 30 de abril de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR **Milene Sousa dos Santos**, para o cargo em comissão de Assessor Parlamentar AP-16, no Gabinete do Deputado **Olyntho Neto**, retroativamente a 1º de fevereiro de 2017.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 6 dias do mês de fevereiro de 2017.

Deputado **MAURO CARLESSE**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 116/2017

O **Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução nº 319, de 30 de abril de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR **Luciana da Conceição Souza**, do cargo em comissão de Assessor Parlamentar AP-12, do Gabinete do Deputado **Amélio Cayres**, retroativamente a 1º de fevereiro de 2017.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 6 dias do mês de fevereiro de 2017.

Deputado **MAURO CARLESSE**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 117/2017

O **Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução nº 319, de 30 de abril de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR Rolf Costa Vidal, do cargo em comissão de Assessor Legislativo das Comissões Permanentes, do Gabinete do Deputado **Olyntho Neto**, retroativamente a 1º de fevereiro de 2017.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 7 dias do mês de fevereiro de 2017.

Deputado **MAURO CARLESSE**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 118/2017

O **Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução nº 319, de 30 de abril de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR dos respectivos cargos em comissão, os seguintes servidores do Gabinete do Deputado **Toinho Andrade**, retroativamente a 1º de fevereiro de 2017:

- Tulio Medeiros de Andrade - AP-16;
- Taynara Keyko Guerra Takahashi - AP-16.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 9 dias do mês de fevereiro de 2017.

Deputado **MAURO CARLESSE**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 119/2017

O **Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução nº 319, de 30 de abril de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR Paulo Célio Nunes de Souza, para o cargo em comissão de Assessor Parlamentar AP-15, no Gabinete do Deputado **Mauro Carlesse**, retroativamente a 16 de janeiro de 2017.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 9 dias do mês de fevereiro de 2017.

Deputado **MAURO CARLESSE**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 121/2017

O **Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de con-

formidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução nº 319, de 30 de abril de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR Divino Allan Siqueira, do cargo em comissão de Assessor especial do Gabinete da Vice-Presidência, do Gabinete do Deputado **Mauro Carlesse**, retroativamente a 1º de fevereiro de 2017.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 9 dias do mês de fevereiro de 2017.

Deputado **MAURO CARLESSE**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 126/2017

O **Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução nº 319, de 30 de abril de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR dos respectivos cargos em comissão, os seguintes servidores do Gabinete do Deputado **Osires Damaso**, retroativamente a 1º de fevereiro de 2017:

- Tatiane da Silva Conceição - AP-05
- Maria Luiza de Macedo Andrade - AP-10

Art. 2º NOMEÁ-LOS, para os respectivos cargos em comissão, da mesma lotação, retroativamente a 1º de fevereiro de 2017:

- Tatiane da Silva Conceição - Assistente de Gabinete das Comissões Permanentes;
- Maria Luiza de Macedo Andrade - Auxiliar Legislativo das Comissões Permanentes.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 9 dias do mês de fevereiro de 2017.

Deputado **MAURO CARLESSE**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 127/2017

O **Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução nº 319, de 30 de abril de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR Divino Allan Siqueira, para o cargo em comissão de Chefe de Gabinete da Presidência, retroativamente a 1º de fevereiro de 2017.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 9 dias do mês de fevereiro de 2017.

Deputado **MAURO CARLESSE**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 130/2017

O **Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução nº 319, de 30 de abril de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR para os respectivos cargos em comissão, os seguintes servidores no Gabinete do Deputado **Toinho Andrade**, retroativamente a 1º de fevereiro de 2017:

- Gustavo Henrique Zamboni Miranda - AP-16
- Luiz Carlos Aires de Andrade - AP-16

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 9 dias do mês de fevereiro de 2017.

Deputado **MAURO CARLESSE**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 131/2017

O **Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução nº 319, de 30 de abril de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR **Amanda Moreira Ramos**, do cargo em comissão de Assessor Parlamentar AP-15, do Gabinete do Deputado **Mauro Carlesse**, retroativamente a 1º de fevereiro de 2017.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 13 dias do mês de fevereiro de 2017.

Deputado **MAURO CARLESSE**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 133/2017

O **Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução nº 319, de 30 de abril de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR dos respectivos cargos em comissão, os seguintes servidores do Gabinete do Deputado **Eduardo do Dertins**, retroativamente a 1º de fevereiro de 2017:

- Meirian Rodrigues Melo Castro - AP-15;
- Clésio Souza Martins - AP-16;
- Juliana Rocha Lima - AP-16;
- Marilaine Bandeira de Sousa - AP-16;
- Renato Miranda de Sousa - AP-16.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 13 dias do mês de fevereiro de 2017.

Deputado **MAURO CARLESSE**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 134/2017

O **Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do**

Tocantins, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução nº 319, de 30 de abril de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR para os respectivos cargos em comissão, os seguintes servidores no Gabinete do Deputado **Eduardo do Dertins**, retroativamente a 1º de fevereiro de 2017:

- Fábíola Pereira Melo - AP-15
- Gabrielle Moreira Barreto - AP-16
- João Gomes Nepumoceno - AP-16
- Pedro Felix da Cunha Neto - AP-16

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 13 dias do mês de fevereiro de 2017.

Deputado **MAURO CARLESSE**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 135/2017

O **Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução nº 319, de 30 de abril de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR **Marcio Roberto Miranda dos Santos**, do cargo em comissão de Assistente das Comissões Permanentes, do Gabinete do Deputado **Amélio Cayres**, retroativamente a 1º de fevereiro de 2017.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 13 dias do mês de fevereiro de 2017.

Deputado **MAURO CARLESSE**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 138/2017

O **Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução nº 319, de 30 de abril de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR dos respectivos cargos em comissão, os seguintes servidores do Gabinete do Deputado **Eli Borges**, retroativamente a 20 de janeiro de 2017:

- Antonio José dos Reis - AP-16
- Daniel Silva Queiroz - AP-16
- Evaldo da Silva França - AP-16
- José Henrique Ribeiro Neto - AP-16
- Luiz Antonio Madeira da Luz - AP-16
- Regina da Silva Messias - AP-16

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 14 dias do mês de fevereiro de 2017.

Deputado **MAURO CARLESSE**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 139/2017

O **Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução nº 319, de 30 de abril de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR para os respectivos cargos em comissão, os seguintes servidores no Gabinete do Deputado **Eli Borges**, retroativamente a 1º de fevereiro de 2017:

- Cleudes Gomes Rocha - AP-16
- Gustavo Guilherme Lima de Souza - AP-16
- Hélio Rodrigues Lago - AP-16
- Jerusa Borges Trindade - AP-16
- Kilmiss Dayan Rodrigues de Melo - AP-16
- Letícia Maria de Sousa Borges Lima - AP-16
- Luccas Rocha da Costa - AP-16
- Matheus Rocha da Costa - AP-16
- Sonia Fernandes Santos - AP-16

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 14 dias do mês de fevereiro de 2017.

Deputado **MAURO CARLESSE**

Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 140/2017

O **Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução nº 319, de 30 de abril de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR **Holdridge dos Reis Soares II**, para o cargo em comissão de Assessor Especial de Gabinete de Líder de Bloco Parlamentar e/ou Partido Político, no Gabinete do Deputado **Eli Borges**, retroativamente a 20 de janeiro de 2017.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 14 dias do mês de fevereiro de 2017.

Deputado **MAURO CARLESSE**

Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 141/2017

O **Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução nº 319, de 30 de abril de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR dos respectivos cargos em comissão, os seguintes servidores do Gabinete do Deputado **Eli Borges**, retroativamente a 20 de janeiro de 2017:

- Milton Gomes da Silva Filho - AP-03
- José Pereira de Sousa - AP-06
- Maria Aparecida Arruda Faria - AP-13
- Marta Francisca da Silva Dorneles - AP-13
- Ari dos Santos - Auxiliar Legislativo das Comissões Permanentes

Art. 2º NOMEÁ-LOS, para os respectivos cargos em comissão, da mesma lotação, retroativamente a 1º de fevereiro de 2017:

- Ari dos Santos - AP-02
- Milton Gomes da Silva Filho - AP-02
- Maria Aparecida Arruda Faria - AP-06
- Marta Francisca da Silva Dorneles - AP-11
- José Pereira de Sousa - Auxiliar Legislativo das Comissões Permanentes

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 14 dias do mês de fevereiro de 2017.

Deputado **MAURO CARLESSE**

Presidente

DEPUTADOS DA 8ª LEGISLATURA

Alan Barbiero (PSB - Suplente)

Amália Santana (PT)

Amélio Cayres (SD)

Cleiton Cardoso (PSL)

Eduardo do Dertins (PPS -
Licenciado)

Eduardo Siqueira Campos (DEM-
Licenciado)

Elenil da Penha (PMDB)

Eli Borges (PROS)

Jaime Café (DEM-Suplente)

Jorge Frederico (PSC)

José Bonifácio (PR)

Júnior Evangelista (PSC)

Luana Ribeiro (PDT)

Mauro Carlesse (PHS)

Nilton Franco (PMDB)

Olyntho Neto (PSDB)

Osires Damaso (PSC)

Paulo Mourão (PT)

Ricardo Ayres (PSB-Licenciado)

Rocha Miranda (PMDB)

Solange Duailibe (PR-Suplente)

Stalin Bucar (PPS-Suplente)

Toinho Andrade (PSD)

Valdemar Júnior (PMDB)

Valderez Castelo Branco (PP)

Vilmar de Oliveira (SD-Licenciado)

Wanderlei Barbosa (SD)

Zé Roberto (PT)